

COORDENAÇÃO: Ricardo Oliveira e Márcio Cots

PREFÁCIO: Bruno Bioni

AUTORES:

Andresa Cruz

Carlos Alberto Ribeiro

João Pedro Ferraz Teixeira

José Baños

Leandro Alvarenga Miranda

Márcio Cots

Ricardo Azevedo

Ricardo Oliveira

O LEGÍTIMO INTERESSE E A LGPDP

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Estagiários: Alan H. S. Moreira e Bárbara Baraldi Sabino

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Cristiane Teixeira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Juliana Honorato, Juliana Sousa, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patricia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Rafael Ribeiro e Thais Pereira

Estagiárias: Tainá Luz Carvalho e Victória Menezes Pereira

Capa: Samantha Stephanie da Purificação

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Estagiária de Produção Gráfica: Ana Paula Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

O legítimo interesse e a LGPG: Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais / Ricardo Oliveira, Márcio Cots, coordenação. -- 1. ed. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2020.

Bibliografia
ISBN 978-85-5065-177-0

1. Direito à privacidade 2. Direito à privacidade - Brasil 3. Proteção de dados pessoais 4. Proteção de dados - Leis e legislação I. Oliveira, Ricardo. II. Cots, Márcio.

20-32634

CDU-342.721

Índices para catálogo sistemático:

1. Proteção de dados pessoais : Direito 342.721
Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	5
PREFÁCIO	7
SOBRE OS AUTORES	9
INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO 1 - A IMPORTÂNCIA DA LGPD E SEU PAPEL NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	25
1.1. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e seu contexto de criação	27
1.2. Contexto legislativo de ingresso da LGPD.....	30
1.3. O Marco Civil da Internet e o início da regulamentação do tratamento de dados pessoais de forma abrangente	35
1.4. A convivência entre a LGPD e o Marco Civil da Internet ...	37
1.5. Dos principais impactos gerados pela LGPD no ordena- mento jurídico	41
1.5.1. Do estabelecimento de princípios.....	41
1.5.2. Privacidade e controle sobre os dados pessoais como pressupostos da LGPD	43
1.5.3. Do reconhecimento da titularidade dos dados pessoais.....	45
1.5.4. A criação das figuras dos agentes de tratamento: Controlador e Operador	46
1.5.5. Definição de dados pessoais e do tratamento dos mesmos.....	47
1.5.6. As bases legais e jurídicas de tratamento de dados pessoais.....	48

1.5.6.1. Consentimento	50
1.5.6.2. Cumprimento de Obrigação Legal ou Regulatória	51
1.5.6.3. Políticas Públicas	52
1.5.6.4. Órgão de pesquisas.....	53
1.5.6.5. Execução de Contratos.....	53
1.5.6.6. Exercício regular de direitos	54
1.5.6.7. Proteção da vida	54
1.5.6.8. Tutela da saúde	54
1.5.6.9. O Legítimo Interesse	56
1.5.6.10. Proteção ao crédito.....	56
1.6. Apontamentos finais.....	56
CAPÍTULO 2 - O LEGÍTIMO INTERESSE	59
2.1. Previsão legal	61
2.2. Legítimo interesse: definição	64
2.3. Requisitos do Legítimo Interesse.....	66
2.3.1. Interesse do Controlador e o interesse de terceiros...	67
2.3.1.1. O lucro como Legítimo Interesse.....	73
2.3.2. Finalidades Legítimas	74
2.3.3. Situações Concretas.....	77
2.3.4. Interesse do Titular: Proteção dos seus Direitos ou geração de Benefícios.....	78
2.3.4.1. O interesse do Titular e a não obrigatoriedade de presunção por parte do Controlador	79
2.3.4.2. Da prestação de serviços para benefício do Titular	82

2.3.4.3. Proteção do exercício regular dos direitos do titular	86
2.3.5. Legítima Expectativa do titular	89
2.3.6. Da aplicação dos Princípios da Necessidade e da Transparência	93
2.3.7. Elementos do Legítimo Interesse encontrados na GDPR.....	98
2.3.7.1. Do Teste de Ponderação	100
2.3.7.2. Da relação jurídica prévia e a Legítima Expectativa	106
CAPÍTULO 3 - O LEGÍTIMO INTERESSE E A LEGÍTIMA EXPECTATIVA DO TITULAR DOS DADOS PESSOAIS	111
3.1. Considerações Iniciais.....	113
3.2. Do que se trata o princípio da Legítima Expectativa do Titular	114
3.3. Contornos Práticos da Legítima Expectativa no Contexto da Livre Iniciativa	120
3.4. A Questão do Benefício ao Titular Como Pressuposto para Enquadramento na Livre Iniciativa	128
3.5. Concluindo.....	135
CAPÍTULO 4 - PREMISSAS PARA A APLICAÇÃO DO LEGÍTIMO INTERESSE NAS RELAÇÕES COM VULNERÁVEIS E HIPOSSUFICIENTES (CONSUMIDOR E EMPREGADO).....	139
4.1. Dos conceitos jurídicos da vulnerabilidade e da hipossuficiência	141
4.2. Do objetivo da LGPD e da presunção de desequilíbrio entre as partes	143
4.3. Dos impactos jurídicos do Legítimo Interesse sobre o tratamento de dados pessoais de vulneráveis em comparação ao Consentimento.....	147

4.4. Da necessidade de estabelecimento do “equilíbrio provisório” para reforçar a aplicação do Legítimo Interesse no tratamento de dados de vulneráveis	153
4.4.1. <i>Opt out</i> ou exclusão de dados	153
4.4.2. Canais de ouvidoria ou reclamação, garantindo-se o sigilo do titular.....	155
4.4.3. Tecnologias que privilegiem o acesso facilitado aos dados pessoais tratados	157
4.4.4. Disponibilização de informações adicionais sobre compartilhamento de dados pessoais com outros controladores	159
4.4.5. Outras formas de equilibrar a relação	160

CAPÍTULO 5 - LEGÍTIMO INTERESSE E OS DADOS TORNADOS PÚBLICOS E DE ACESSO PÚBLICO

5.1. Introdução: A Lei Geral de Proteção de Dados e os dados disponíveis publicamente.....	163
5.2. Dados disponíveis publicamente: Dados pessoais de acesso público e dados pessoais tornados manifestamente públicos	164
5.3. A proteção aos dados de acesso público antes da Lei 13.853/2019	165
5.4. A proteção aos dados de acesso público pós Lei 13.853/2019	167
5.5. Legítimo Interesse aplicado ao dado de Acesso público...	170
5.6. Legítimo Interesse aplicado ao dado tornado manifestamente público.....	179
5.7. Crítica: A inclusão do § 7º ao art. 7º da LGPD e o enfraquecimento da proteção aos dados pessoais de acesso público e tornados manifestamente públicos.	184

CAPÍTULO 6 - AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E O LEGÍTIMO INTERESSE NO DIREITO BRASILEIRO	191
6.1. Introdução	193
6.2. Análise de crédito com e sem pedido do titular dos dados pessoais	199
CAPÍTULO 7 - LEGÍTIMO INTERESSE NAS RELAÇÕES TRABALHISTAS	217
7.1. Introdução	219
7.2. Distinção do Tratamento de Dados Realizados por Legítimo Interesse, Execução de Contratos e Cumprimento de Obrigação Legal ou Regulatória.....	221
7.3. A Aplicação do Legítimo Interesse nas Relações Trabalhistas Regidas pela CLT	224
7.4. O Possível Conflito entre o Legítimo Interesse e os Princípios do Direito Trabalhista	228
7.5. O Legítimo Interesse e o Tratamento de Dados Pessoas Sensíveis dos Trabalhadores	234
7.6. Conclusão.....	239
CAPÍTULO 8 - LEGÍTIMO INTERESSE SOB A PERSPECTIVA DA GDPR.....	241
8.1. Introdução	243
8.2. Breve histórico do Interesse Legítimo.....	245
8.3. Princípios Orientadores Proteção de Dados.....	248
8.4. Regulamento Geral de Proteção de Dados e os Interesses Legítimos	250
8.4.1. Breve relato acerca do RGPD	250
8.4.2. Em busca dos interesses legítimos no RGPD	254
8.5. Novas bases interventivas do interesse legítimo	264
8.5.1. Marketing	264

8.5.2. <i>Big Data</i>	267
8.5.3. Metadados e tráfego de dados.....	270
8.5.4. <i>Startups</i>	272
8.5.5. Atividade Jornalística e outras formas de expressão	275
8.6. Conclusão.....	276
CAPÍTULO 9 - O LEGÍTIMO INTERESSE NA JURISPRUDÊNCIA DA UNIÃO EUROPEIA	279
9.1. Introdução e objeto	281
9.2. O legítimo interesse na comunicação de dados pessoais a terceiros para a apresentação de reclamações legais...	281
9.2.1. Resumo	281
9.2.2. Principais argumentos	282
9.2.3. Conclusões.....	284
9.3. O legítimo interesse na elaboração de lista, por parte das autoridades, para efeitos de arrecadação e luta contra a fraude fiscal.....	284
9.3.1. Resumo	284
9.3.2. Principais argumentos	285
9.3.3. Conclusões.....	286
9.4. O legítimo interesse na videovigilância oculta a trabalhadores	287
9.4.1. Resumo	287
9.4.2. Principais argumentos	288
9.4.3. Conclusões.....	289
9.5. O Interesse legítimo na administração de autorizações de acesso a sistemas de informação.....	289
9.5.1. Resumo.....	289

9.5.2. Principais argumentos	291
9.5.3. Conclusões	291
9.6. O interesse legítimo na comunicação de dados relativos a bens imóveis	292
9.6.1. Resumo	292
9.6.2. Principais argumentos	292
9.6.3. Conclusões	292
9.7. O legítimo interesse na comunicação a terceiros de dados pessoais médicos	293
9.7.1. Resumo	293
9.7.2. Principais argumentos	293
9.7.3. Conclusões	294
9.8. O legítimo interesse na consulta de dados médicos de menores	294
9.8.1. Resumo	294
9.8.2. Principais argumentos	295
9.8.3. Conclusões	295
9.9. O legítimo interesse na publicação de dados de registrantes por meio do WHOIS	296
9.9.1. Resumo	296
9.9.2. Principais argumentos	297
9.9.3. Conclusões	297
9.10. O legítimo interesse no tratamento e conservação de dados bancários dos usuários	298
9.10.1. Resumo	298
9.10.2. Principais argumentos	299
9.10.3. Conclusões	300
9.11. O Legítimo Interesse nos sistemas de vigilância a empregados e interessados em um restaurante	300

9.11.1. Resumo	300
9.11.2. Principais argumentos	301
9.11.3. Conclusões	301
9.12. O Legítimo Interesse em sistemas de vigilância a empregados de uma companhia	302
9.12.1. Resumo	302
9.12.2. Principais argumentos	303
9.12.3. Conclusões	303
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	305